

## PEDAGOGIA DA DIFERENÇA: UM DEBATE MULTICULTURAL NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Ozivan Perdigão Santos<sup>1</sup>  
ozivaninlibras@yahoo.com.br

**Resumo:** Este artigo objetiva debater a Educação de Surdos em uma perspectiva da pedagogia da diferença e o Multiculturalismo. Os pressupostos teóricos utilizados para as fundamentações deste trabalho têm como referências as interpretações de Candau (2005; 2008; 2008), McLaren (1977; 1997; 2001), relacionando-os com os pesquisadores da Educação de Surdos brasileira entre eles: Quadros e Karnopp (2004), Quadros e Schmiedt (2006) e Leite e McCleary (2009). A pesquisa é de cunho bibliográfico, no qual se buscou explicitar a respeito da Língua Brasileira de Sinais – Libras, e a política educacional do Bilinguismo no contexto escolar, bem como as práticas de preconceitos, estereótipos e exclusões advindas das pessoas ouvintes, no qual são atitudes refletidas na educação regular, que se constitui como mentora de uma reprodução social que preconiza uma ação educativa meritocrática.

**Palavras-chave:** Educação de surdos. Multiculturalismo. Libras.

**Abstract:** This article aims to discuss the Education of the Deaf under the perspective of the pedagogy of differences and multiculturalism. The theoretical basis of this study is composed by the interpretations of Candau (2005, 2008, 2008) and McLaren (1977, 1997, 2001), relating them to Brazilian Deaf Education researchers, such as: Quadros and Karnopp (2004), Quadros and Schmiedt (2006) and Leite and McCleary (2009). It consists of a bibliographical research, seeking to explain the Brazilian Sign Language (Libras) and the bilingualism education policy in school context, as well as the habits of prejudice, stereotypes and exclusion stemming from hearing people, which reflect in regular education, the mentor of a social reproduction which advocates a meritocratic education.

**Keywords:** Education of the deaf. Multiculturalism. Libras.

### INTRODUÇÃO

Com o recente direcionamento da inclusão de surdos e o respeito das diferenças advindos das políticas educacionais da década 1990, a educação de surdos adentra no século XXI em contextos de disputas geossociais como seres humanos que necessitam de autonomia e poderes de decisões como cidadãos, que cumprem seus direitos e deveres, dependendo do país e da cultura em que estejam inseridos. Entre estas últimas três décadas, a educação das pessoas surdas tem sido alvo de diversas visões paradigmáticas: a primeira delas é a legalização e o reconhecimento da língua de sinais; a segunda se constituiu pela luta de profissionais competentes que pudessem assessorá-los nos espaços escolares, e atualmente é a questão das suas diferenças nas escolas e suas identidades linguísticas em frente da questão multicultural em que o mundo anda vivenciando.

Este estudo tem como objetivo tratar a educação de pessoas surdas em meio à realidade atual, que se constitui em uma tarefa árdua, tendo como focos a Pedagogia da Diferença e a Teoria

Crítica da Educação, que apresentam como arcabouço interpretativo uma análise crítica da educação reprodutora, que elitiza as escolas, excluindo os demais que não estão atuando de acordo com os moldes de um sistema opressor. Abordo, neste estudo, as precariedades no contexto da educação de surdos, bem como as ausências de desenvolvimentos e investimentos na área da Educação junto às novas propostas da educação inclusiva de surdos.

O presente artigo está dividido em duas seções: a primeira aborda os conceitos a respeito da pedagogia da diferença, trazendo uma visão das pessoas surdas como seres que pertencem a grupos minoritários existentes em uma determinada sociedade. Ainda nesta seção, outros aspectos discutidos são as relações de poder exercidas nos ambientes escolares e as críticas a uma educação conservadora que não traz nenhuma transformação social dentre as propostas de adequações do currículo e da avaliação para uma nova Educação. Logo após tais temáticas elucidadas, enfocam-se também os estereótipos das pessoas surdas e o contexto da educação destas em relação ao Multiculturalismo, relacionando-os com as zonas de fronteiras e territórios linguísticos presentes na educação de pessoas que apresentam surdez.

Em segundo momento buscou-se adentrar no debate da política da igualdade e da diferença e nos estereótipos e preconceitos advindos das pessoas ouvintes para com as pessoas surdas, um reflexo observado na educação de surdos. Também se define o conceito de Bilinguismo, desembocando em uma proposta do uso e do ensino de Libras em uma educação bilíngue para surdos nas escolas regulares, pondo a Língua Portuguesa como segunda língua. Neste sentido, enfoca-se também a carência de profissionais técnicos na área, uma realidade ainda existente na educação de surdos, bem como a ausência de uma adaptação de um currículo escolar que priorize tal ação.

Por fim, nas considerações finais, fazem-se reflexões a respeito da educação de pessoas surdas junto à problemática da pedagogia da diferença e o paradigma da inclusão de surdos nas escolas. Relaciona-se isto com a questão multicultural e como os surdos devem ser respeitados em suas zonas de fronteiras e a continua discussão diante do preconceito e dos paradigmas linguísticos inter-relacionados com uma língua visual-gestual, que é a Libras, e o seu papel na educação de surdos como uma língua que mantém representações mentais e sociais.

## **1 PEDAGOGIA DA DIFERENÇA E EDUCAÇÃO DE SURDOS: ASPECTOS CONCEITUAIS**

A pedagogia da diferença é uma linha de pensamento do campo educacional que visa à inclusão de grupos tradicionalmente minoritários e/ou marginalizados e o respeito para com a

diversidade existente nas classes escolares. Ela também objetiva aumentar a visão da sociedade para que percebam que essas pessoas excluídas são frutos de uma cultura dominante e que são denominadas de “Outros” por indivíduos que pertencem aos grupos e classes opressoras. Esta visão de educação tem suas origens epistemológicas e ontológicas nos pressupostos do marxismo e a criticidade dos conceitos pós-estruturalistas das últimas décadas (MCLAREN, 2001, pp. 172-179).

Esta temática emergiu nos campos da Educação brasileira ainda na década de 1980, cujo um dos focos é atentar para que o currículo seja problematizado e adequado às realidades dos educandos, trazendo um olhar para com a autonomia desses sujeitos, que são cidadãos que cumprem direitos e deveres. No entanto, ainda percebe-se que nas escolas da atualidade estas diretrizes não condizem com os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's e nem com a própria LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, porque reduzem as práticas educativas a meras ações mecânicas, não incluindo os sujeitos ditos como “diferentes”, às novas propostas do pós-década 1990, no contexto da Educação, resultando em grandes relações de poder e reproduções de exclusão em meios aos espaços escolares.

Em meio a estas questões é necessário entender que a escola não está preparada para a aceitação da pedagogia da diferença, e muito menos capacitada para uma excelência de educação de pessoas que apresentam algum tipo de necessidade educacional especial, aqui, neste trabalho, representadas pela população surda (QUADROS; SCHMIEDT, 2006). Partindo deste prisma, a discussão em torno dessa educação diferenciada é refletida primeiramente na precariedade das más formações dos profissionais da Educação, as quais se tornam “réus” e ao mesmo tempo “inocentes” passivos, em um sistema que não proporciona uma interpretação política e social da educação de pessoas surdas na atualidade.

A respeito desta precariedade, a respeito da educação de surdos, Leite e McCleary (2009, p. 245) destacam que:

A dificuldade que hoje enfrentamos, contudo não se restringe aos entraves políticos para a implementação destas adaptações institucionais. Ela envolve também uma limitação em áreas de pesquisa e atuação profissional que se mostram centrais para o sucesso deste empreendimento, tal como a área do ensino de LIBRAS como segunda língua. [...], seja na formação de intérpretes de LIBRAS/Português; seja na capacitação de funcionários para o atendimento ao público surdo; seja na formação de professores de crianças surdas, a qualidade do ensino de LIBRAS como segunda língua se mostra imprescindível.

Assim, Candau (2008) esclarece que destas análises emergem, com clareza, o papel de educação conservadora e reprodutora, de um sistema de ensino não inclusivo que mantém uma estrutura social e que não vai além para que haja um movimento mobilizador para sua transformação social, isto é, tornando o sistema educacional em um aliado aos fatores de exclusão social existentes em nossa sociedade.

A pedagogia da diferença, junto à educação de surdos, faz parte de uma articulação crítica da educação da atualidade. Esta, por sua vez, em grandes momentos, ainda continua permanecendo em moldes bastante tradicionais, não havendo uma sensibilização de como saber/fazer o pedagógico em meio à escolarização dos surdos brasileiros, ao mesmo tempo também não apresentando novos elementos em como superar barreiras em um contexto político-social, isto é, centrados na dimensão humana e nas individualidades dos educandos.

Contextualizando estes aspectos da educação de surdos, Quadros e Karnopp (2004) explicitam que a educação destas pessoas é identificada como diferente em virtude de apresentarem uma adequação da avaliação, do currículo e dos métodos de ensino-aprendizagem, também não se esquecendo da linguagem específica de se interagirem em meio a expressões visuais-espaciais, tendo como um dos meios de comunicação uma língua não oralizada que possui distintas características estéticas, linguísticas e gramaticais da Língua Portuguesa.

Os conceitos sobre a educação de surdos a ser repensados, devem partir de uma nova visão na escola, quer seja de surdos, quer seja inclusiva, porque há décadas estas instituições possuem professores ouvintes que mantêm cargos de gestores ou estão ministrando aulas em classes onde há surdos. No entanto, o que se percebe é a ausência de professores não ouvintes para que sirvam de referenciais para os educandos surdos.

Na realidade atual, o que se vê ainda é que existem muitos surdos se graduando em universidades, mas que não conseguem emprego por não haver mudanças neste sistema, pois as escolas continuam contratando professores ouvintes para exercerem cargos de diretores em escolas de surdos. Pergunto: será que ainda possuímos um imaginário de que os surdos são incapazes ou necessitam sempre de um ouvinte do lado para os guiarem?

Silveira (2007) responde este questionamento apontando que a educação de pessoas surdas ainda esbarra em grandes barreiras. Em suas pesquisas, a autora considera que os surdos sempre necessitam negociar direitos para conseguirem boas políticas educacionais. E ela ainda explica que é importante a presença das pessoas surdas para a formulação de novas práticas educativas em

conjunto com as pessoas ouvintes, bem como implementações de novas ideias e propostas para projetos amplos que mostrem a potencialidade das pessoas que apresentam surdez.

O que acontece é que os professores surdos ainda continuam sendo vistos somente como professores de Libras e não como um agente de transformação nos ambientes de sala de aula. Talvez porque ainda não acreditamos em seus potenciais ou temos receios de que estes sujeitos não darão conta de ministrar aulas nem concluir o conteúdo programado organizado pela gestão escolar. Isso porque ainda queremos uma educação centrada no saber sistematizado, ou até mesmo uma educação bancária em que os educadores vão para as salas de aula somente para reproduzirem o que os livros dizem.

Então o que será a pedagogia da diferença na educação de surdos em meio a estes desafios? McLaren (1977) responde que estas atitudes de preconceitos são oriundas de um reflexo social dentro dos espaços escolares. É uma abordagem apolítica, que reflete uma incapacidade de se oferecer uma educação igualitária e que promova justiça social, ou seja, classificamos como seres subordinados pessoas que não apresentam um padrão semelhante ao da sociedade majoritária. Segundo o autor, uma das propostas para uma possível mudança deste quadro é o respeito para as zonas de fronteiras existentes nas escolas; que se respeitem os diversos grupos sociais que dela fazem parte.

É necessário entender que o Brasil é um país de grande diversidade cultural e linguística, que reflete com grande força na Educação, conduzindo os profissionais desta área a grandes desafios e a busca de soluções. A pedagogia da diferença traz, então, uma longa jornada de debates e experiências para uma nova prática possível na Educação, com novos empoderamentos, o respeito linguístico e a adequação curricular nas classes inclusivas de surdos, cuja identidade linguística está representada na Libras. Outro aspecto é a busca em descobrir como está se dando a educação de pessoas surdas, quer no cenário regional ou nacional.

A educação de surdos e a pedagogia da diferença, na realidade atual desta primeira década do século XXI, assemelham-se em grandes momentos, aos padrões da integralização da década de 1980, mas o que se torna em um paradigma questionador são os tímidos passos, ou até mesmo a ausência, de uma ação governamental para a abertura de concursos para professores surdos, em diversas formações acadêmicas, ou a não credibilidade para com estes profissionais na área da Educação.

### 1.1 O MULTICULTURALISMO E A EDUCAÇÃO DE SURDOS

Em fins da década de 1970, até aos princípios da década de 1990, o debate acerca da globalização traziam uma nova abordagem para a educação contemporânea, em virtude das diversas relações informacionais em que o mundo estava vivenciando, o que provocou o surgimento de uma educação multicultural que tivesse como objetivo trazer discussões nas diversas formas de cultura(s) para o ambiente escolar. Esta visão de educação tem seu início em países da América do Norte, cujo objetivo era realizar uma interpretação crítica para a Educação que promove e promovia uma ação reprodutiva de uma sociedade meritocrática.

As bases teóricas desta nova visão interpretativa do mundo atual estão fundamentadas na Teoria Crítica da Educação ou na “nova sociologia da educação”, que surgira entre os anos de 1970 e 1980. Esta abordagem teórica de pensar a Educação tem seus predecessores de influências freudo-marxista da Escola de Frankfurt, e entre estes estão os intelectuais Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Walter Benjamin, Leo Lowenthal, Eric Fromm e Herbert Marcuse. Este prisma de estudos na área de Educação pauta seus ideais no exame da escola em seus contextos históricos e também como parte de um tecido social e político de uma sociedade elitizada e dominante. Ela também apresenta variedades de perspectivas contralógicas importantes para a análise positivista, não-histórica e despolitizada, utilizada ainda por pensadores críticos liberais e conservadores da Educação (MCLAREN, 1977).

As definições de multiculturalismo são inúmeras, isto é, a formação deste novo campo de conhecimento e de pesquisas recebe distintas visões. Ele se caracteriza como um dos temas mais discutidos na atualidade, e traz inúmeras interpretações acerca das militâncias dos movimentos sociais e das novas produções de conhecimentos. No entanto, o multiculturalismo não advém dos espaços acadêmicos, assim como suas inúmeras discussões sobre tal temática, mas sim dos questionamentos dos grupos sociais excluídos e/ou marginalizados. Neste sentido, o conceito de multiculturalismo perpassa por concepções polissêmicas em relação ao termo, expresso por multiculturalismo conservador, liberal, celebratório, crítico, emancipador e revolucionário, mas estas vertentes se unificam por meio de mosaicos ou estão em profundas generalizações (CANDAU, 2008).

Os surdos, então, como um grupo minoritário e marginalizado, estão presentes nessa parcela da população brasileira que busca os seus direitos pessoais e luta por eles, os bens materiais e educacionais como qualquer indivíduo. Mas é impreterível entender que, em relação a questões da multiculturalidade, os surdos podem pertencer a outras categorias de grupos dentro de uma

determinada sociedade, isto é, os surdos podem ser filhos de negros, vivenciar práticas homossexuais ou até mesmo ser um delinquente usuário de algum tipo de entorpecente, ou ainda pertencer a uma comunidade indígena, como os índios Urubu Kaapor, mentores da Língua de Sinais Kaapor do Brasil - LSKB. Questiona-se: os surdos poderiam ser seres binários ou híbridos?

Não é um questionamento fácil de ser respondido, mas o que se pode definir é que são pessoas que necessitam de uma nova interpretação crítica nas concepções de educação. Para McLaren (1977), os surdos precisam confrontar o discurso de uma educação de falsa moral pautando-se nos conceitos da pedagogia crítica, que precisam sonhar um novo mundo, uma nova ação política que exerça novas habilidades. O autor ainda destaca que estes grupos minoritários ou marginalizados são considerados como agentes de moral social relevante, para uma sociedade que se orgulha de seus conceitos estereotipados de igualdade e justiça.

A questão a ser pensada e ressignificada para a pedagogia crítica e da diferença no contexto da educação de surdos é saber se as pessoas surdas conhecem os seus direitos como seres humanos que precisam de atenção especial. Muitas vezes, eles não sabem fazer as cobranças de seus direitos à igualdade junto à sociedade majoritária, ou seja, não sabem se utilizar de uma ação politizada, sendo às vezes confundidos como arruaceiros ou apolíticos. Uma das justificativas para tal seria a ausência de informação e de educação e o desuso da LIBRAS na comunicação ou nos materiais didáticos escolares, no qual esse tipo de linguagem não é utilizada.

Em relação a essa situação, Candau (2008, p.49) esclarece que:

[...] essa grande questão da articulação entre a igualdade e diferença, isto é, da passagem da afirmação da igualdade ou da diferença para a da igualdade na diferença. Não se trata de, para afirmar a igualdade, negar a diferença, nem de uma visão diferencialista absoluta, que relativize a igualdade. A questão está em como trabalhar a igualdade na diferença.

A grande questão da pedagogia da diferença da educação de surdos, em paradigma para com a multiculturalidade, é que as comunidades surdas, como grupos sociais são, identificam-se em territórios linguísticos. Para Basso e Massuti (2009), isso ocorre por causa da cultura local ou nacional na qual estes sujeitos estão inseridos. É por meio de processos sócio-históricos que o Outro é constituído como ser interativo, quer seja utilizando-se da língua comum ou não, transformando essa realidade em um processo interrupto de mútua significação, por meio de suas linguagens.

Outro aspecto a ser revisto são as manifestações dos surdos em busca da aceitação de seu jeito de ser, seja na Educação ou em seu ambiente de trabalho. Às vezes os surdos se utilizam de

chavões desgastados no seu contextos histórico-socioeducacional, tais como: “Isto é preconceito comigo. Sou surdo (a)!” ou: “Você tem preconceito comigo porque não sei falar direito?” São fatos que devem ser relativizados ou repensados, pois a nossa sociedade é constituída de preconceitos, na qual ainda se olha as pessoas com necessidades especiais como seres “bizarros” ou coitados que sempre necessitam de uma ajuda assistencialista. O grande problema é quando estes preconceitos resultam em violência física em grande parte praticada pelos ouvintes.

Relacionando tudo isso ao multiculturalismo e à diferença, Arentd (1988 *apud* Candau, 2005, p. 15) explica que:

São considerados ‘diferentes’, aqueles que, por suas características sociais e/ou étnicas, por serem considerados ‘portadores de necessidades especiais’, por não se adequarem a uma sociedade cada vez mais marcada pela competitividade e pela lógica do mercado e do consumo, os ‘perdedores’, os ‘descartáveis’, que vêm, a cada dia, negada sua cidadania, de seus direitos a ter direitos.

Para a filósofa, os indivíduos pertencentes a uma sociedade capitalista ocidental ainda não sabem entender os seus direitos nem os dos outros, não respeitam as fronteiras desses direitos nem usam a tolerância, para com o dito diferente. Segundo Candau (2005), isto ocorre principalmente por falta de uma ação educativa primeiramente nas famílias; esta falta é reproduzida e refletida nas escolas, ocasionando o fracasso escolar, e revelando a incapacidade dos educadores no trabalho com os alunos especiais, além dos estereótipos e das expectativas dos grupos de origem social opressoras.

Considera-se, então, que os surdos no contexto da multiculturalidade, são organizados em grandes zonas de fronteiras e territórios linguísticos que perpetuam em diversas classes sociais a que podem pertencer, é necessário entender que há um esforço para uma possível relação interlinguística entre as pessoas surdas e os ouvintes, um dialogo de saberes entre uma língua oral e outra sinalizada.

Discute-se, da mesma forma, as interpretações de Peter McLaren no contexto da pedagogia da diferença na educação de surdos, pois, como havia dito, as pessoas que apresentam surdez podem ser vítimas de estereótipos que as excluem, não pelo fato de serem somente surdas, mas por apresentarem também características étnicas distintas da cor branca, orientação sexual diversificada ou pertencer a uma classe de baixa renda, o que pode se constituir em preconceitos de classe, grupo e gênero, que são refletidos nos ambientes escolares.

Em meio a estas problematizações, um dos grandes desafios para com a pedagogia da diferença e a educação de surdos é lidar com a diversidade linguística dentro das salas de aula, com a maneira de ser da pessoa surda, e com a maneira como ela é vista por seus colegas e professores,



pois em virtude da falta de capacitação destes últimos faz com que muitos desses sujeitos sejam postos à margem do currículo escolar e dos métodos de ensino-aprendizagem. Estas questões serão vistas na próxima seção, que aborda a realidade desta nova identidade linguística e a pedagogia da diferença na educação de surdos.

## **2 IDENTIDADE LINGUÍSTICA DE SURDOS E A PEDAGOGIA DA DIFERENÇA: COMO LIDAR COM ESTA REALIDADE?**

No Brasil, o advento da década de 1990 apresentou em suas características grandes discussões a respeito da Educação, tendo como um dos focos principais o paradigma da inclusão educacional. Essas discussões continuam permeando como um dos agentes que problematizam as relações de poder ainda existente no campo da educação de pessoas com necessidades especiais, bem como os preconceitos por grande parte da sociedade e até mesmo de muitos educadores que, por não saberem lidar com este paradigma ou por ausência de uma boa formação inicial e continuada, reproduzem rejeições em suas práticas pedagógicas, refletindo as más adequações de um currículo que se adapte às realidades destes educandos.

Conforme a UNESCO (1994), a educação de pessoas surdas deve ser desenvolvida primeiramente nas escolas especializadas, para que os surdos estejam em contato com seus comuns, adquirindo sua linguagem em um excelente processo cognitivo e com bons estímulos na aprendizagem. Também enfoca que os surdos estejam em contato com a língua de sinais de seu país para que possam promover o respeito e a divulgação desta como identidade linguística de suas comunidades.

Para McLaren (1997), a diferença é como uma tentativa de mudança dramática, não havendo uma política de hierarquias sociais, mas de igualdades sociais. O autor explicita essa questão como uma boa prática de resistência às imposições majoritárias, pois é necessário atentar que deve haver uma construção da diferença e a divulgação das identidades existentes específicas de cada grupo social, ou seja, a comunidade surda escolar ou não-escolar está neste processo social. Isto é, a aceitação de um comportamento que diverge de uma sociedade majoritária que estereotipiza um determinado sujeito diferente como sendo algo exótico ou bizarro.

Quadros e Schmiedt (2006, p. 13) ratificam que a educação de surdos deve partir de uma política de igualdade e da diferença. Elas ressaltam que:

[...] diante da co-existência da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa. No cenário nacional, não basta simplesmente decidir se uma ou outra língua passará a fazer ou não parte do programa escolar, mas sim tornar possível a co-existência dessas línguas, reconhecendo-as de fato, atentando-se para as diferentes funções que apresentam no dia-a-dia da pessoa surda que se formando está [...] entendendo os surdos e suas identidades linguísticas de suas comunidades existentes na sociedade brasileira.

Para as autoras, a educação de surdos deve ser vista sob o olhar dos surdos, como eles se percebem em uma realidade macro, como a sociedade brasileira, e também como será a adaptação do currículo escolar para com a educação deles, pois se percebe que é um processo de escolhas, que pode acarretar sérias consequências para a vida destes indivíduos. Deve haver uma preocupação com a formação educacional destes sujeitos em frente de uma sociedade tão complexa como a brasileira, pois as comunidades surdas fazem parte dela, trazendo suas significações, e sua principal diferença, que é a língua de sinais.

Tendo base o documento Plano Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1994), estas mudanças tiveram início, com a Libras e a educação de pessoas surdas, somente a partir da década de 1990, como fora citado na introdução desta seção. Este fato ocorreu por meio das lutas para a legalização da língua de sinais e para a inclusão desta no currículo escolar. No entanto, após quase dez anos da legalização da Lei 10.436/02<sup>2</sup>, é ainda inexistente uma pedagogia da diferença nos espaços escolares e até mesmo na educação superior, a qual deveria ser a primeira a prezar pela formação dos educadores que irão para as salas de aula e possivelmente ter contatos com discentes surdos.

Para McLaren (1977), esta pedagogia da diferença deve impor um discurso e lançar mão do que se denomina certo e incerto, e encarar este assunto de forma séria; desafiar bases que negam a diferença e aceitar a diversidade; e desenvolver ainda mais reformas curriculares com respeito às diferenças. Ainda de acordo com o autor, a reforma curricular é reconhecer estes grupos que estão à margem ou na tangente da educação ocidental.

Em meio à discussão acerca da educação de surdos, o Plano de Ensino de Língua Portuguesa para Surdos estabelece que:

[...] a educação dos surdos seja efetivada em língua de sinais, independente dos espaços em que o processo se desenvolva. Assim, paralelamente as disciplinas curriculares, faz-se necessário o ensino da língua portuguesa como segunda língua, com a utilização de materiais e métodos específicos no atendimento as necessidades educacionais do surdo (BRASIL, 2007, p. 47).

De acordo com as recomendações do texto do governo federal, é necessário que a língua de sinais seja um processo independente de qualquer espaço educativo, é um processo que deve ser desenvolvido em termos de currículo. Neste sentido, destaca-se a Libras, e a Língua Portuguesa passa a ser secundária. No entanto, em grandes esferas da educação tal acontecimento não é uma realidade, pois apresentam ainda carências de profissionais capacitados e qualificados para tal ação (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p. 19).

No momento histórico presente, em que a educação de surdos está vivenciando, é necessário questionar como se deve adequar a realidade desses indivíduos à realidade macro da Educação, isto é, verificar as grandes ausências de exercícios destas políticas. A questão é que se pensa em grandes propostas, mas a sua realização parece difícil. Isto se dá, como foi visto anteriormente, pela má formação de professores e gestores em frente da educação inclusiva de pessoas surdas, bem como pela ausência de mais profissionais técnicos neste contexto, entre eles: os intérpretes de língua de sinais e os professores-intérpretes.

Em meio a estes debates, Sasaki (1997 *apud* Machado, 2008) ressalta que uma das maiores problemáticas da educação de surdos não é somente a ausência das esferas governamentais ou a precariedade de profissionais capacitados na área, mas um imaginário de que as pessoas surdas, assim como as demais pessoas com necessidades educacionais especiais, estariam relacionadas a uma ação de caridade camuflada em uma prática pedagógica escolar, uma beneficência, uma ação estigmatizadora ou até mesmo uma medicalização. Isto em muitos momentos tem dificultado os avanços significativos na educação de pessoas surdas.

Mediante o exposto, considera-se que os estigmas ainda são fortes nos espaços educativos e que ainda não rompemos essa barreira, o que tem levado à exclusão destes sujeitos. Segundo as traduções de Perlin (2000 *apud* QUADROS; SCHMIEDT, 2006), estes estigmas se constituem como posturas em que as demais pessoas que não vivenciam a surdez fazem dos surdos seres deficientes, dependendo da posição ou do lugar que ocupa quem define essa diferença e da posição ou do lugar que ocupa aquele que está sendo definido. Conforme a fala da autora, as pessoas surdas estão, em muitos momentos, sendo rotuladas como seres exóticos que utilizam uma língua diferente da grande maioria, uma visão ainda semelhantes à das décadas passadas, quando não havia o reconhecimento da língua de sinais.

Finalmente entende-se que outros aspectos existentes é a ausência do respeito linguístico para com a língua de sinais nestes espaços educativos e na pedagogia da diferença; a ausência de

uma prática da política bilíngue que preze pelo conhecimento da Língua Portuguesa como língua 2 e a Libras como língua necessária para comunicação da pessoa surda, tendo como principais incentivadores a própria família dos surdos, que deve ser a primeira instituição educacional que o aceite como ele é e não o rejeitando como um ser que nunca irá alcançar sua autonomia em virtude de sua diferença.

## 2.1 O BILINGUÍSMO: A DIFERENÇA NO CURRÍCULO ESCOLAR

A discussão acerca do bilinguismo na educação de pessoas surdas teve início durante a década de 1980 e 1990, quando se conscientizou-se de que os surdos devem ter atendimento especializado e inclusivo, com o uso e o ensino de Libras e da Língua Portuguesa. O Plano Nacional de Educação Especial (1994), explica que todas estas elucidações são oriundas de um processo embrionário. No entanto, são questões de fundamentos axiológicos que explicam também o ato de um ser humano apresentar diferenças e por que ele se torna estigmatizado, um ser desviante em frente do o que é visto como regra padrão para uma sociedade.

Partindo destes pressupostos, Quadros e Schmiedt (2006) interpretam que o conceito de Bilinguismo é uma atitude de políticas linguísticas. No caso da Libras, é necessário que ela seja considerada como língua materna da comunidade surda para que haja uma forma de preservação da identidade linguística dos surdos brasileiros. As autoras ainda ratificam que Bilinguismo parte de uma concepção de educação, ou até mesmo de uma atitude opcional a partir da visão de mundo do sujeito. Entretanto, em alguns estados brasileiros, a Libras é considerada somente como uma língua de instrução, e a Língua Portuguesa como segunda língua.

Para Perlin e Strobel (2008), as definições de Bilinguismo se constitui em uma proposta ou uma ação de apresentar ao indivíduo uma maneira de ser bimodal, isto é, uma pessoa que pode manifestar duas identidades linguísticas distintas, uma sensação de ser/estar em línguas de contato que estão em constante desenvolvimento diacrônico e sincrônico, dependendo das influências culturais que essas línguas podem sofrer, uma inter-relação de acessos linguísticos.

Diante de tais abordagens, o Bilinguismo na educação de surdo, em sua proposta, busca tal ação, porém, na atualidade, muitos alunos surdos irão ver a sua língua, a Libras, em salas de apoio pedagógico ou em congressos que discutem a educação de surdos, pois em salas de aulas inclusivas de escolarização regular, a Libras é uma língua esquecida. Isto é uma desobediências às leis que determinam o assessoramento aos alunos surdos de um intérprete/tradutor de Libras e de um

professor ouvinte que saiba Libras. Nas, por outro lado, isso poderia desmotivar colegas ouvintes, que gostariam de aprender um pouco mais da realidade comunicacional de seus amigos surdos; e até mesmo de toda a comunidade escolar.

Machado (2008, p. 45) problematiza essa questão da seguinte maneira:

Não basta inserir um aluno que apresente peculiaridades em relação aos demais na sala de aula, ignorando suas necessidades; não basta prestar atendimento especializado; é a escola de um modo geral que precisa ser questionada, a produção de saberes, as organizações pedagógicas, as concepções educacionais [...], para que o mesmo possa obter acesso educacional por meio da Língua de Sinais.

Diante disso, o Plano de Ensino de Língua Portuguesa para Surdos (2007) interpreta a denominada educação bilíngue como uma espécie de transformação curricular. Pensa que são encontros de dois mundos extremos, os surdos e os ouvintes, e afirma que esta educação pode ser representada de maneira multicultural. Segundo McLaren (1997), isto gera uma discussão binária entre os seres humanos, pois não há uma pessoa híbrida em suas constituições identitárias-culturais, mas todos os seres humanos são seres distintos, independentemente se suas línguas não se identifiquem com as outras, e para isso é necessário o respeito fronteiriço a fim de que não haja conflitos.

Portanto, entende-se que a educação de surdos é uma existente ação histórica de lutas para uma ação pedagógica da diferença de um grupo que busca o respeito da inclusão social e educacional destes sujeitos que ainda percorrem, em grandes setores da educação brasileira, como seres despercebidos, e é necessário rever muitas marcas dos processos históricos, políticos e sociais das concepções educacionais que permearam métodos e técnicas que eram apresentadas a estes indivíduos.

Considera-se também a ausência do respeito aos profissionais que atuam nesta área de ensino e aprendizagem e de conhecimento, pois há espaços educativos que necessitam de formação de educadores para surdos, com o uso e o ensino de Libras, bem como que utilizem outras práticas de ensino, tais como: a oralização em leitura e escrita na aquisição de linguagem; o atendimento fonoaudiológico; o papel do tradutor/intérprete de língua de sinais; o professor surdo em meio à comunidade surda; e o próprio bilinguismo com uma abordagem crítica, que conta com aquele educador que não oprime os surdos por não saberem a Língua Portuguesa, mas que promove a receptividade como sujeitos idôneos e cidadãos que se expressam em língua visual-gestual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da Educação de Surdos e a pedagogia da diferença é um desafio em frente das políticas de fomento à pesquisa neste ramo da educação brasileira, por não existir ainda referências em literaturas que abordem essa temática, porque quando se debate o paradigma da educação de pessoas surdas e a Libras, esse assunto é tratado como questões/objetivos anexos à educação macro no Brasil. Isto acontece em virtude de os processos históricos da educação destes indivíduos, por grandes momentos, serem vistos como uma ação assistencial, acarretando graves consequências e deixando problemas a serem resolvidos.

Um dos resultados alcançados nesta pesquisa bibliográfica apontam também para as discussões acerca do preconceito e do paradigma linguístico nos espaços escolares, que muitos educadores enfrentam a cada dia em suas ações profissionais. São realidades que tendem a fazer com que o profissional da Educação busque por si mesmo uma formação continuada para o conhecimento da Libras, pois em grande parte nas suas formações iniciais, estes indivíduos não tiveram a oportunidade de conhecer a língua da comunidade surda brasileira.

Diante disso é também necessário abordar o contexto educacional em frente de algumas concepções de reprodução social existente dentro das escolas que, em muitos momentos, exerce uma pedagogia que valoriza a meritocracia, realizando uma não adaptação dos currículos escolares, no qual acarreta consequências graves para as novas propostas de educação para as pessoas surdas. Uma destas novas abordagens é a própria questão do Bilinguismo na educação de surdos. Neste sentido, é necessário que a Educação vise, em seus métodos de ensino-aprendizagem, a que a língua de sinais seja uma língua constituída de representações mentais/socais semelhantes às línguas orais-auditivas.

Uma visão relevante é a problemática das identidades linguísticas das pessoas surdas em relação ao paradigma do multiculturalismo vivenciado a cada dia pela população mundial, conforme visto neste trabalho. Os surdos, como seres que buscam seus direitos de ser e agir, não estão isentos das influências que se sucede desde o advento da globalização. Isto é refletido nas comunidades surdas como territórios linguísticos. Entretanto, é necessário o respeito para com as zonas de fronteiras presentes em meio à sociedade e que é refletida dentro das escolas. Atenta-se então para uma pedagogia mais focada e reforçada para o conhecimento de uma práxis que aborde tais carências, que consequentemente acarretarão na retirada dos surdos de seus “guetos sociais”.

É imprescindível uma maior aproximação dos profissionais da Educação, professores surdos com os ouvintes para que dialoguem novas perspectivas para um melhor ensino-aprendizagem às pessoas surdas, para que se faça valer uma pedagogia crítica e da diferença nas escolas inclusivas da rede regular de ensino, estas com o dever de aceitar os surdos como seres dotados de autonomia, poder opinião e interações.

Considera-se então que estudar a Libras e a educação de surdos em relação à pedagogia da diferença não é somente saber ou conscientizar-se que a Libras é a língua da população surda brasileira, mas entender e pesquisar que há todo um contexto político-educacional e social por trás de toda essa questão. É importante o avanço em retornar a sua própria história, de como ela surgiu, e por que surgiu e para que surgiu. É analisar as tendências pedagógicas e o currículo junto ao paradigma da multiculturalidade e de como estes aspectos influenciam nas concepções de educação de surdos, nas origens do Oralismo até ao rompimento deste ortodoxismo educacional e linguístico, e no retorno da Libras no contexto da Educação e nas comunidades de surdos brasileiros espalhados por todo território nacional.

## REFERÊNCIAS

BASSO, I. M. de S.; MASUTTI, M. L. (Orgs.). A mediação do ensino de Português na aprendizagem escolar do surdo por meio do SES. In: **A educação de surdos em uma perspectiva bilíngüe: uma experiência de elaboração de software e suas implicações pedagógicas**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Livro 1. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

\_\_\_\_\_. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**/Heloisa Maria Moreira Lima Salles *et al.* 2ª Ed. Brasília: MEC/SEESP, 2007. (Ensino de Língua Portuguesa para surdos, v. 2).

CANDAU, V. M. (Org.) **Cultura (s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

\_\_\_\_\_. A formação de educadores: uma perspectiva multidimensional. In: CANDAU, V. M. (Orgs.). **Rumo a uma nova didática**. 19ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. Direitos Humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. In: **Revista Brasileira de Educação**. v. 13, n. 37, jan-abr, 2008, p. 45-56.

LEITE, T. de A; MCCLEARY, L. Estudo em diário: fatores complicadores e facilitadores no processo de aprendizagem da Língua de Sinais Brasileira por um adulto ouvinte. In: **Estudos Surdos IV**. QUADROS, R. M. de; STUMPF, M. R. (Orgs). Petrópolis: Arara Azul, 2009.

MACHADO, P. C.. **A política educacional de integração/inclusão**: um olhar do egresso surdo. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008.

MCLAREN, P. **A vida nas escolas**: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação. Trad. Lúcia Pellanda Zimmer *et al.* Porto Alegre: Artes Medicas, 1977.

\_\_\_\_\_. **Multiculturalismo crítico**. Prefácio de Paulo Freire. Apresentação Moacir Gadoti. Trad. Babel Orofino Schaefer. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. Fúria e Esperança: a pedagogia revolucionária de Peter McLaren. Entrevista com Peter McLaren. In: **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, Jul/Dez, 2001. pp. 171-188

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. **Língua sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, R. M. de; SCHMIEDT, M. **Idéias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

SILVEIRA, C. H. O currículo de língua de sinais e os professores surdos: poder, identidade e cultura surda. In: QUADROS, R. M. de; PERLIN, Gladis (Orgs.). **Estudos Surdos II**. Petrópolis: Arara Azul, 2007.

STROBEL, K.; PERLIN, G. **Fundamentos da Educação de Surdos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Licenciatura em Letras/Língua Brasileira de Sinais. Florianópolis, 2008.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação no PPGED/CCSE/UEPA.

<sup>2</sup> Que estabelece a legalização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas comunidades de surdos brasileiros, bem como o uso e o ensino de língua de sinais nas instituições públicas e privadas, escolas e cursos de nível superior e magistério.